



2.ª Edição, número 2, julho de 2021



## EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



## COMEMORAÇÕES

### DIA MUNDIAL DA TERRA



**A UGT assinalou o 51.º [#DiadaTerra2021](#) e reforçou a necessidade de serem adotados comportamentos responsáveis essenciais para a promoção de um desenvolvimento sustentável, enquanto fator fundamental para a qualidade de vida das futuras gerações.**

### **ORIGENS DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA TERRA**

A primeira manifestação teve lugar a 22 de abril de 1970. Foi iniciada pelo senador Gaylord Nelson, ativista ambiental, para a criação de uma agenda ambiental. Para esta manifestação participaram duas mil universidades, dez mil escolas primárias e secundárias e centenas de comunidades.

A pressão social teve sucesso e levou o governo dos Estados Unidos a criar a Agência de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency) e uma série de leis destinadas à proteção do meio ambiente.

- Em 1972 foi celebrada a primeira conferência internacional sobre o meio ambiente: a Conferência de Estocolmo, cujo objetivo foi sensibilizar aos líderes mundiais sobre a magnitude dos problemas ambientais e que se instituíssem as políticas necessárias para erradicá-los;

- O Dia da Terra é uma festa que pertence ao povo e não está regulada por apenas uma entidade ou organismo, não estando relacionada com reivindicações políticas, nacionais, religiosas ou ideológicas;
- O Dia da Terra refere-se à tomada de consciência dos recursos naturais da Terra e seu manejo, à educação ambiental e à participação como cidadãos ambientalmente conscientes e responsáveis;
- No Dia da Terra todos estão convidados a participar em atividades que promovam a saúde do nosso planeta, tanto a nível global como regional e local.

Sendo assim, o Dia da Terra converteu-se num importante acontecimento educativo e informativo. Os grupos ecologistas utilizam as comemorações deste Dia para avaliar os problemas do meio ambiente do planeta: a contaminação do ar, da água e dos solos, a destruição de ecossistemas, centenas de milhares de plantas e espécies animais dizimadas e o esgotamento de recursos não renováveis.

Assinala-se este Dia igualmente para insistir em soluções que permitam eliminar os efeitos negativos das atividades humanas.

Essas soluções incluem a reciclagem de materiais manufaturados, a preservação de recursos naturais, tais como o petróleo e a energia, a proibição de utilizar produtos químicos perigosos, o fim da destruição de habitats fundamentais, como as florestas tropicais e a proteção de espécies ameaçadas.

**O Dia da Terra de 1970 deu voz a uma consciência pública emergente sobre o estado de nosso planeta.**

**O tema do Dia da Terra 2021 é Restaurar Nossa Terra, Nossa Casa.**

**Líderes globais reunidos para marcar Dia Internacional da Terra**

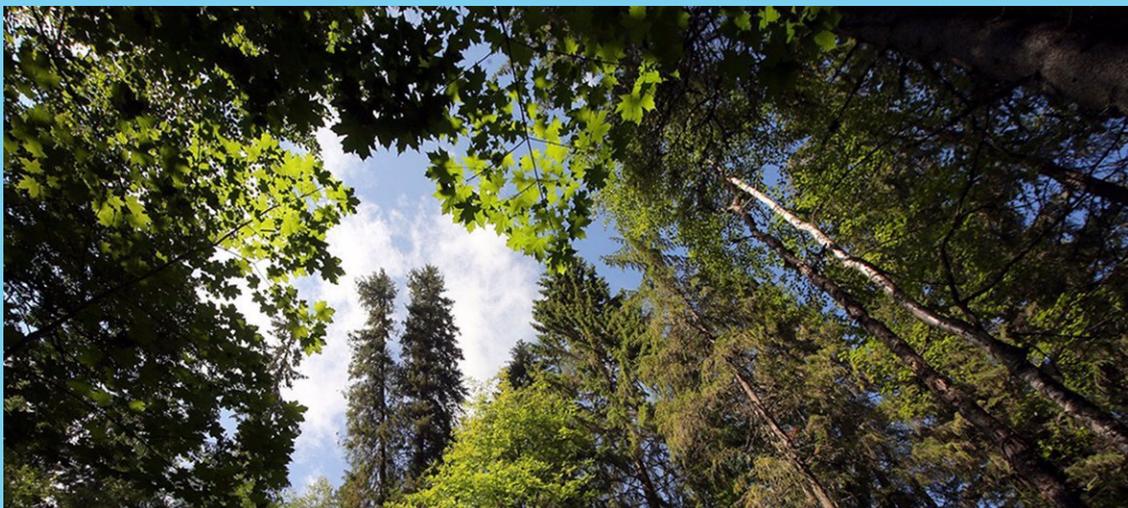


Imagem com DR

**O Secretário-geral da ONU disse que planeta “está num ponto crítico” e pede que as pessoas façam as pazes com a natureza.**

Para marcar a data do Dia Internacional da Mãe Terra, o Secretário-geral participa no Encontro de Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizado pelos Estados Unidos.

A iniciativa reúne, de forma virtual, cerca de 40 líderes mundiais e pretende reforçar os esforços para limitar o aumento da temperatura global em 1,5 grau Celsius até o final do século.

## **Crise**

No evento de dois dias discursam representantes de países de língua portuguesa, como o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a líder do Conselho Indígena de Roraima, Sinéia do Vale, e o ministro do Ambiente e da Ação Climática de Portugal, João Pedro Matos Fernandes.

O chefe da ONU afirmou que “a Humanidade continua a abusar da natureza”, pilhando descuidadamente os recursos da Terra, esgotando sua vida selvagem e tratando o ar, a terra e os mares como depósitos de lixo.

Segundo ele, “ecossistemas e cadeias alimentares cruciais estão à beira do colapso.” Para o Secretário-geral, esse comportamento “é suicida.”

O Secretário-geral da ONU ressalta que o mundo precisa **“acabar com a guerra contra a natureza e cuidá-la para que volte a ser saudável.”**

O chefe da ONU destacou depois os passos que precisam ser dados, como limitar o aumento da temperatura e uma adaptação às mudanças que virão. E

Pediu também medidas mais firmes para proteger a biodiversidade, uma redução da poluição e mais contribuições para economias circulares que reduzam os resíduos.

Segundo Guterres, estes passos irão salvaguardar “a única casa” da população mundial e “criar milhões de novos postos de trabalho.”

## **Recuperação**

Para o Secretário-geral a recuperação da pandemia da Covid-19 “é uma oportunidade para pôr o mundo num caminho mais limpo, mais verde e mais sustentável.”

A mensagem termina pedindo que, neste Dia, todos se comprometam **“com o árduo trabalho de restaurar o planeta e de fazer as pazes com a natureza.”**

Mudanças climáticas, provocadas pelo homem na natureza, bem como crimes que afetam a biodiversidade e o crescente comércio ilegal de animais selvagens, podem aumentar o contato e a transmissão de doenças infecciosas de animais para humanos, como a Covid-19.

Segundo a ONU, uma nova doença infecciosa surge em humanos a cada quatro meses. Cerca de 75% dessas infecções vêm de animais, mostrando as relações entre a saúde humana, animal e ambiental.

Os ecossistemas sustentam toda a vida na Terra. Para a organização, restaurar ecossistemas danificados ajudará a acabar com a pobreza, combater as mudanças climáticas e prevenir a extinção em massa.

Para incentivar essa missão, a ONU lança no **Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, a Década das Nações Unidas para a Restauração do Ecossistema.**

Apesar dos esforços, a biodiversidade está a deteriorar-se em todo o mundo a taxas sem precedentes na história da humanidade. Estima-se que cerca de 1 milhão de espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção.

Fonte: ONU NEWS

[Aceda Aqui.](#)

## EM DESTAQUE

### **Relatório da ONU defende ajustes para reduzir custos e danos causados por mudança climática**



Imagem com DR

**[Relatório do Programa da ONU para o Meio Ambiente - Pnuma - recomenda aos países intensificar ações de prevenção e mitigação priorizando soluções baseadas na natureza; financiamento cresce, mas custo dos projetos aumenta mais rapidamente; investimentos verdes são uma boa decisão económica.](#)**

Este relatório afirma que os países devem aumentar, com urgência, as suas ações para se adaptar à mudança climática ou enfrentar sérios custos, danos e perdas desta nova realidade.

**Adaptação** é um pilar fundamental do Acordo de Paris sobre o tema, que pugna por planos nacionais, sistemas de informação, alerta precoce, medidas de proteção e investimentos num futuro menos poluente.

O Relatório de Lacunas de Adaptação do Pnuma destaca um desfasamento enorme no financiamento dos países em desenvolvimento. Aponta também atrasos na execução de projetos que podem fazer a diferença na proteção contra determinados eventos, como secas, enchentes e aumento do nível do mar.

O documento recomenda também o aumento urgente do financiamento público e privado, além de uma implementação mais rápida que priorize soluções baseadas na natureza.

A diretora executiva do Pnuma, Inger Andersen, afirmou que as mudanças climáticas “se intensificarão e atingirão os países e comunidades vulneráveis com mais força, mesmo cumprindo as metas do Acordo de Paris.”

## **Financiamento**

Andersen destacou o apelo do Secretário-geral para que metade de todo o financiamento climático global tenha como destino a adaptação no próximo ano.

Na sua opinião, isso pode avançar desde sistemas de alerta precoce a recursos hídricos resilientes e soluções baseadas na natureza.

O relatório afirma que 72% dos países adoptaram pelo menos um instrumento de planeamento para a sua adaptação a nível nacional.

A maioria das nações em desenvolvimento prepara Planos Nacionais de Adaptação, mas o financiamento desses planos é insuficiente. Apesar do aumento no ritmo do financiamento, os custos multiplicam-se mais rapidamente.

Nesse momento, os países em desenvolvimento precisariam de US\$ 70 bilhões, mas esta quantia pode dobrar ou mais que quadruplicar até 2030. Já para 2050, esses mesmos custos poderiam atingir 500 bilhões.

## **Sinais de esperança**

No entanto, o relatório do Pnuma também sinaliza algumas esperanças. O Fundo Climático Verde, por exemplo, alocou 40% do seu financiamento total para a adaptação, sendo que tem atraído, cada vez mais, investimentos do setor privado.

Desde 2006, cerca de 400 projetos foram financiados por fundos multilaterais em países em desenvolvimento. Desde 2017, estes projetos mais que duplicaram em valor, ultrapassando o valor de US\$ 25 milhões.

De referir que das 1,7mil iniciativas pesquisadas, apenas 3% representavam reduções reais dos riscos para as comunidades onde estavam inseridas.

## **Natureza**

O relatório destaca, ainda, a urgência de soluções baseadas na natureza por serem opções de baixo custo, restaurarem e protegerem a biodiversidade com benefícios para comunidades e economias.

Uma análise dos quatro principais fundos de clima e desenvolvimento concluiu que esse apoio aumentou nas últimas duas décadas.

A redução das emissões de gases de efeito estufa diminuirá os impactos e custos associados às mudanças climáticas. Alcançar a meta de 2° C do Acordo de Paris pode limitar as perdas no crescimento anual em até 1,6%.

Embora se espere que a pandemia Covid-19 atinja a capacidade dos países de se adaptarem às mudanças climáticas, o relatório afirma que investir na adaptação é uma boa decisão económica.

Fonte: Organização das Nações Unidas

[Aceda Aqui.](#)

# **Conteúdos de referência Internacional**

## **Organização das Nações Unidas - Clima e Ambiente**

## Estudo mostra que sistema alimentar gera mais de um terço das emissões de CO2



Imagem com DR

**Brasil, China, Indonésia, Estados Unidos, União Europeia e Índia aparecem como os maiores emissores de gases que causam o efeito estufa; estudo da agência da ONU para Alimentação e Agricultura avaliou utilização do solo, da agricultura, refrigeração, embalagem e outras etapas numa abordagem holística.**

Mais de um terço das emissões globais de dióxido de carbono é gerado por sistemas de alimentação.

### Redução

Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, [FAO](#), e pelo Centro de Pesquisa Conjunta da Comissão Europeia, com sede na Itália, analisa dados (desde 1990) sobre a relação da mudança climática e do setor alimentar.

A análise, publicada na revista especializada Nature Food, mediu as emissões de CO2 causadas pelo uso do solo, da agricultura, da refrigeração, embalagem e outros passos da indústria alimentícia. A pesquisa revela que houve uma redução nas últimas três décadas, mesmo assim a cota de emissões permanece alta.

Em 2015, foram emitidas 18 bilhões de toneladas de CO2 na atmosfera por essas atividades, o equivalente a 34%. Em 1990, eram 44%.

A informação é do banco de dados Edgard-Food.

Nos estágios da produção estão incluídos os fertilizantes e outros itens que lideram a geração de emissões de CO2, respondendo por 39% do total. O uso da terra e outros fatores relacionados são de 38% enquanto a distribuição causa 29% das emissões.

O gás metano (CH4) responde por 35% das emissões geradas pelo sistema alimentar tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Na maior parte dos casos o gás vem do cultivo do gado e de arroz.

Este estudo acompanha as tendências do sistema de produção alimentar e tenta prever o comportamento do mercado, podendo ser consultado

Aqui.

Fonte: Organização das Nações Unidas

OIT

## Guia Economias, Empresas e Empregos Verdes



Imagem com DR

Este guia proporciona uma visão geral do atual debate sobre desenvolvimento sustentável, os principais desafios ambientais e as suas implicações para as empresas, a ecologização de empresas e locais de trabalho e o papel que as empresas e as organizações de empregadores podem desempenhar no *lobby* e no desenvolvimento de serviços no domínio do ambiente.

Num mundo afetado pelo impacto das alterações climáticas e pela utilização insustentável dos recursos naturais, continuar a fazer negócios como se fazia antigamente deixou de ser uma opção. A principal preocupação é como conciliar o crescimento empresarial a longo prazo com um desenvolvimento económico sólido, um ambiente saudável e a inclusão social.

A sustentabilidade tornou-se, assim, uma preocupação dominante para as empresas, que têm de assumir a liderança na condução de uma mudança sustentável. As empresas estão na vanguarda do fornecimento de produtos, processos, tecnologias, serviços e soluções económica e ambientalmente viáveis, necessários na transição para uma economia mais verde e o desenvolvimento sustentável.

O enfoque global no desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e a transição para economias mais verdes tem grandes implicações para as empresas e as organizações de empregadores.

Para poder desempenhar um papel eficaz na promoção de economias e empresas ambientalmente sustentáveis e atender às necessidades dos seus membros, muitas empresas e organizações de empregadores nacionais, particularmente no mundo em desenvolvimento, necessitam,

em primeiro lugar, de ter um melhor conhecimento destas questões, para responder aos aspetos políticos e técnicos da transição.

As organizações representativas de empregadores e as organizações empresariais necessitam de informações, ferramentas e boas práticas para se tornarem defensores eficazes dos seus membros - empresas - nos diálogos políticos nacionais e desenvolver estratégias para minimizar os riscos e identificar oportunidades para as suas próprias organizações e membros.

Isto inclui aconselhamento e orientação na identificação de novas oportunidades de negócio e mercados verdes, melhorando a eficiência dos recursos e reduzindo o desperdício, conduzindo assim a poupanças diretas nos custos e a uma maior produtividade.

Fonte: site da OIT - Portugal

[Aceda ao Guia Aqui.](#)

## Trabalhar num planeta MAIS QUENTE

### O impacto do stress térmico na produtividade do trabalho e no trabalho digno



Imagem com DR

O fenómeno do stress térmico refere-se ao excesso de calor recebido que o corpo pode tolerar sem comprometer as suas funções fisiológicas. O stress térmico afeta, especialmente, as pessoas que trabalham ao ar livre, nomeadamente os trabalhadores de agricultura e da construção cívil.

Trata-se de um problema grave para uma grande parte dos mil milhões de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas do mundo e de 66 milhões de trabalhadores e trabalhadoras têxteis (muitos dos quais têm de trabalhar dentro de fábricas e oficinas sem ar condicionado), ou que exercem a sua atividade, nomeadamente, na recolha de resíduos, na reparação de estruturas, na emergência, nos transportes, turismo e desporto.

As temperaturas superiores a 39°C podem matar. Ainda que na ausência de vítimas mortais, muitas pessoas, quando expostas a temperaturas muito elevadas, vêem-se impedidas de trabalhar, ou podem trabalhar apenas a um ritmo reduzido.

Alguns grupos são mais vulneráveis do que outros porque sofrem os efeitos do stress térmico a temperaturas mais baixas.

As pessoas idosas, em particular, têm menor resistência fisiológica a níveis elevados de calor. No entanto, representam uma percentagem crescente da mão-de-obra.

Adicionalmente, o stress térmico pode ser um dos muitos fatores que incitam à migração. Até 2030, prevê-se que o equivalente a mais de 2% do total de horas de trabalho sejam perdidas anualmente em todo o mundo, quer devido a temperaturas demasiado elevadas para trabalhar, quer devido a uma redução do ritmo de trabalho.

No Sul da Ásia e na África Ocidental, a perda de produtividade resultante do stress térmico pode mesmo atingir os 5%. Infelizmente, o stress térmico é muitas vezes acompanhado por outros desafios, uma vez que é mais predominante em países com défices de trabalho digno, como a falta de proteção social, elevadas taxas de informalidade e de trabalhadores e trabalhadoras pobres.

Níveis de calor excessivos agravam a desigualdade entre países ricos e pobres, e entre grupos populacionais dentro do mesmo país. O stress térmico está a tornar-se progressivamente um obstáculo à atividade económica. Reduz a capacidade de as empresas operarem durante as horas mais quentes.

A adaptação a estas novas e ameaçadoras condições é dispendioso. Mesmo que se revele possível limitar o aquecimento global até ao final do século para 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, as perdas financeiras acumuladas devido ao stress deverão atingir os 2.400 mil milhões de dólares americanos até 2030.

Se nada for feito agora para mitigar as alterações climáticas, estes custos serão muito mais elevados à medida que as temperaturas globais aumentarem ainda mais até ao final do século. As soluções existem.

Em especial, a transformação estrutural das economias rurais deve ser acelerada, de modo a evitar na atividade agrícola a exposição a temperaturas elevadas e, por conseguinte, reduzir o esforço físico.

Outras medidas importantes podem ajudar no desenvolvimento de competências, na promoção de um ambiente favorável às empresas sustentáveis, no investimento público em infraestruturas e numa melhor integração dos países em desenvolvimento no comércio global.

A nível do local de trabalho, uma informação reforçada sobre as condições meteorológicas no local, a adaptação do vestuário de trabalho e dos equipamentos e melhorias tecnológicas podem facilitar aos/às trabalhadores/as e aos seus empregadores o controlo de temperaturas mais elevadas.

Os empregadores e os trabalhadores devem discutir em conjunto como ajustar o horário de trabalho, para além da adoção de outras medidas de segurança e saúde no trabalho. Por isso, o diálogo social é um instrumento relevante para melhorar as condições de trabalho num planeta em progressivo aquecimento.

A colaboração internacional e a concertação de esforços são uma parte fundamental do conjunto de soluções para o problema do stress térmico.

Este relatório foi parcialmente preparado para dar seguimento às Orientações da OIT para uma Transição Justa para economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todas as pessoas, que apelam aos governos, em consulta com os parceiros sociais, a que procedam a avaliações dos riscos acrescidos ou novos, de segurança e saúde no trabalho resultantes das alterações climáticas ou de outros riscos relacionados com a saúde humana e com o ambiente e à identificação de medidas de prevenção e proteção adequadas que garantam a Segurança e a Saúde no Trabalho.

Além disso, em março de 2017, o diretor-geral da OIT solicitou ao Conselho de Administração da OIT, a promoção de um debate aprofundado para uma melhor compreensão das implicações das alterações climáticas para o mundo do trabalho, em particular para os grupos mais afetados e vulneráveis.

Globalmente, as conclusões apresentadas neste relatório deixam claro que o stress térmico no mundo do trabalho deve ser abordado, sobretudo, através da promoção da SST, do diálogo social e da transformação estrutural na agricultura e do incentivo ao desenvolvimento de empresas responsáveis e sustentáveis, ou “verdes”.

Esta abordagem integrada foi também adotada em 2019 pela Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho, que salientou a necessidade de uma garantia laboral universal que inclua normas de saúde e segurança em todos os locais de trabalho.

Fonte: Prefácio do Relatório da OIT

[Aceda ao Relatório Aqui.](#)

## **ETUI**

**Conciliar as dimensões social e ecológica: A caminho, mas ainda falta...**



Imagem com DR

A Cimeira Social Europeia, que decorreu a 8 de maio de 2021, no Porto, foi uma oportunidade perdida para conciliar as dimensões social e ambiental dos desafios impostos pelas alterações climáticas.

A realidade pós-pandemia representou uma boa oportunidade para construir uma agenda socio-ecológica e alianças sustentáveis para uma sociedade mais justa. Ainda assim, até agora, não se registaram grandes progressos nesse sentido, pelo menos não por parte dos líderes europeus ([ver aqui a declaração final da Cimeira Social \(a "Declaração do Porto"\)](#)) nem da Comissão Europeia.

Ao mesmo tempo, o mais proeminente sindicato industrial alemão (e europeu) a IG Metall, que representa a maior indústria automóvel da Europa, defendeu recentemente que "só a mudança para a eletromobilidade garantirá empregos na indústria automóvel a longo prazo".

Segundo a IG Metall, se a indústria automóvel alemã não iniciar esta transição, perder-se-ão muitos mais postos de trabalho. Há uma aparente mudança de mentalidade por parte de uma parte essencial dos intervenientes envolvidos no processo de transição, mas precisamos que os decisores políticos europeus participem para fazer o trabalho.

Entretanto, a ETUI está a intensificar o seu trabalho sobre a dimensão socioambiental com vários projetos em cooperação com a Fundação Europeia do Clima. No dia 8 de junho, discutiremos num [workshop](#) as questões críticas, os desafios e pressupostos de investigação relativos aos efeitos no emprego de uma transição rápida e ambiciosa para a eletromobilidade.

O objetivo é analisar de que forma a Europa pode fazer esta viragem brusca para os veículos elétricos sem perder terreno e competência industrial, mantendo as perdas de postos de trabalho ao mínimo.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

Fonte: ETUI

**O que está em jogo no Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras da UE?**



Imagem com DR

A União Europeia anunciou [uma nova meta de emissões](#) que procura reduzir as suas emissões líquidas em 55% até 2030 em relação aos níveis de 1990.

Como parte das iniciativas da UE - conhecidas como o [pacote 'Fit for 55'](#) - para alcançar esta meta climática ambiciosa, está previsto um [mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras](#) que visa proteger a competitividade dos produtores europeus e incentivar outras jurisdições a implementar políticas climáticas.

De acordo com os documentos preliminares, este mecanismo de ajuste poderia ser introduzido numa fase de transição a partir de 2023, com outras disposições a serem finalizadas antes de janeiro de 2026.

### **Objetivo**

Desde que a UE se empenhou em estabelecer metas ambiciosas em matéria de política climática, reconheceu-se que os setores industriais com a utilização intensiva de energia necessitam de alguma proteção para evitar fugas de carbono, que poderiam ameaçar os postos de trabalho europeus através da deslocalização da produção ou dos investimentos para regiões com normas climáticas ou ambientais menos exigentes.

Atualmente, a distribuição de licenças de emissão gratuitas no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão da UE é a principal medida para proteger as indústrias da UE com utilização intensiva de energia contra a fuga de carbono. Trata-se de um instrumento político defensivo, uma vez que não incentiva esforços ambiciosos de descarbonização nem dentro nem fora da UE.

Um mecanismo de cooperação transfronteiriça seria um instrumento proativo, proporcionando condições de concorrência equitativas para as empresas da UE e, ao mesmo tempo, incentivaria uma maior ação climática por parte de países fora da UE.

### **Âmbito de aplicação**

O [projeto de proposta](#) parece alargar o regime de comércio de licenças de emissão da UE de modo a incluir determinados bens importados com utilização intensiva de carbono, como o aço, o cimento, a eletricidade, os fertilizantes e o ferro.

**Como será aplicado este mecanismo?**

De acordo com o atual projeto, será cobrado um imposto de importação sobre as mercadorias importadas elegíveis. Não é feita qualquer referência à concessão de descontos à exportação aos exportadores europeus.

Os importadores terão de adquirir certificados de emissões de uma recém-criada Autoridade do Mecanismo de Ajustamento às Fronteiras de Carbono para cobrir as emissões de carbono incorporadas nos bens importados no ano anterior.

Cada certificado corresponderá a uma tonelada métrica de emissões embutidas nas mercadorias importadas. As emissões visadas incluiriam tanto as emissões diretas dos processos de produção dos bens importados elegíveis como as emissões indiretas associadas à produção da eletricidade utilizada nos processos de fabrico.

As empresas estrangeiras terão de provar o teor de CO<sub>2</sub> dos seus produtos, as receitas serão obtidas pela UE e os países estrangeiros não beneficiarão.

Até ao final de maio de cada ano, os importadores seriam obrigados a comunicar a quantidade total de emissões associadas às mercadorias importadas no ano anterior e a apresentar o número total exigido de certificados de emissões que adquiriram.

A proposta visa adotar um tratamento diferenciado para os produtos importados, a fim de ter em conta as políticas de fixação de preços do carbono no país de origem. As mercadorias importadas de países com um preço do carbono poderiam ser total ou parcialmente isentas do direito nivelador à importação.

**[IndustriAll](#) sobre o mecanismo** – resposta à consulta pública:

A IndustriAll Europe manifestou o seu apoio à ideia geral de ter um mecanismo da UE para acompanhar os esforços de redução das emissões até 2030 e 2050 e formulou as seguintes grandes exigências.

A fim de limitar o risco de deslocalização das atividades de fabrico a jusante da cadeia de valor, este mecanismo deve também aplicar-se aos produtos intermédios e acabados. Um mecanismo desta natureza que conduzisse unicamente a atividades industriais de montagem ou acabamento, constituiria uma ameaça inaceitável para o emprego nas indústrias e entraria em conflito com a estratégia industrial da UE.

Um comércio internacional justo e regulamentado, baseado em regras multilaterais, continua a ser importante para a indústria da UE. Este mecanismo não deve ser concebido de forma a prejudicar a inserção da indústria da UE nas cadeias de valor mundiais.

Deve basear-se em critérios claros e não arbitrários para garantir a igualdade de tratamento de todos os parceiros comerciais e também proporcionar igualdade de tratamento aos produtores nacionais e estrangeiros.

A IndustriAll sublinhou igualmente que a aplicação deste mecanismo não deve conduzir a mudanças perturbadoras para os trabalhadores em países terceiros, em especial nos países em desenvolvimento de baixos rendimentos.

A IndustriAll esteve aberta a discussões sobre licenças de emissão gratuitas para indústrias com utilização intensiva de energia, assim que o mecanismo entrar em vigor.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Saiba mais Aqui.](#)

## Relatórios de sustentabilidade corporativa na UE



Imagem com DR

Uma das principais exigências da CES é que as empresas forneçam relatórios completos e precisos sobre os seus impactos no ambiente e na sociedade. Na UE, os requisitos de informação das empresas sobre questões ambientais e sociais são atualmente definidos pela [Diretiva relativa à divulgação de informações não financeiras \(NFRD\) de 2014](#).

A Diretiva exige que certos tipos de grandes empresas (500+ empregados) publiquem informações sobre:

- Questões ambientais
- Questões sociais e tratamento dos trabalhadores
- Respeito pelos direitos humanos
- Luta contra a corrupção e o suborno
- Diversidade nos conselhos de administração das empresas (em termos de idade, género, habilitações literárias e antecedentes profissionais)

Embora a Diretiva de 2014 tenha representado um passo em frente em termos de exigência de relatórios sobre os impactos das empresas nas «pessoas e no planeta», não implementou uma série de exigências específicas feitas pela CES e por muitas ONG.

As informações sobre tópicos importantes são incompletas ou inexistentes, uma vez que as empresas podem «escolher» o quadro de comunicação que seguem, e muitas escolheram as que têm regras fracas.

Muitas vezes, os sindicatos e os conselhos de empresa não são consultados sobre os seus pontos de vista sobre estas questões e a maioria dos relatórios de sustentabilidade não é auditada, o que aumenta o risco de «lavagem verde».

Em resposta ao [reconhecimento generalizado das insuficiências da Diretiva de 2014](#), a Comissão Europeia publicou, [a 21 de abril deste ano, uma proposta de Diretiva relativa à divulgação de informações sobre a sustentabilidade das empresas](#).

Embora os sindicatos e as ONG tenham criticado a diretiva desde o início, um número crescente de investidores aderiu agora. Devido às novas regras da UE sobre o que é considerado um produto «sustentável», os investidores necessitam de uma informação com mais qualidade por parte das empresas que fornecem capital para que, por sua vez, possam comunicar se dispõem de estratégias de investimento sustentável.

Desde que a Diretiva foi aprovada, o Acordo de Paris e o Pacto Ecológico Europeu também aumentaram a pressão pela transparência corporativa.

Do lado positivo, o projeto de revisão prevê um conjunto único de normas da UE, que deverá melhorar a exaustividade e a comparabilidade das informações fornecidas pelas empresas. Aplica-se igualmente a um leque mais vasto de empresas – todas as empresas da UE com 250+ trabalhadores, bem como todas as empresas cotadas em bolsas da UE.

Exige que as empresas informem não só sobre os seus impactos passados, mas também sobre os seus objetivos e estratégias para o futuro.

Por último, exige claramente que as empresas informem não só sobre questões relevantes para os investidores – as chamadas «questões financeiramente relevantes» – mas também sobre os seus riscos e impactos negativos nas «pessoas e no planeta» – a chamada «materialidade de impacto».

Embora os [sindicatos europeus vejam o projeto de revisão como um passo em frente](#), ao mesmo tempo há uma série de deficiências que devem ser colmatadas através de alterações do Parlamento Europeu e/ou do Conselho.

Em primeiro lugar, a administração deve ser obrigada a incluir os sindicatos e os conselhos de empresa no processo de apresentação de relatórios – atualmente, não existem direitos de informação ou consulta definidos para eles no projeto de diretiva.

Em segundo lugar, os sindicatos e as ONG devem ter um papel importante no desenvolvimento de normas de informação em matéria de sustentabilidade – neste momento, o Grupo Consultivo Europeu para a Informação Financeira que é dominado pelas empresas de auditoria e pela indústria, está previsto como a organização responsável por este desenvolvimento.

Em terceiro lugar, a revisão deve também aplicar-se a um maior número de empresas, incluindo empresas de países terceiros com atividades significativas na UE e PME de setores com elevados riscos ambientais e sociais.

Estas mudanças são necessárias para garantir que a revisão seja um instrumento eficaz para ajudar a realizar a Europa Social e o New Deal Europeu.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Versão original Aqui.](#)

**PARA LEMBRAR...**

**OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

## 17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR O NOSSO MUNDO

Nunca é demais lembrar que o ano de 2015 ficará na história como o ano da definição da **Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo.

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.

“Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a nossa visão comum para a Humanidade e um contrato social entre os líderes mundiais e os povos”, disse o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. “São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso”, acrescentou.

Os 17 ODS, aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros da ONU, reunidos em Assembleia-Geral, visam resolver as necessidades das pessoas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, enfatizando que ninguém deve ser deixado para trás.

Os ODS foram pensados a partir do sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), entre 2000 e 2015, e pretendem ir mais longe e acabar com todas as formas de pobreza.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.

A mobilização dos meios de implementação – dos recursos financeiros às tecnologias de desenvolvimento e transferência de capacitação – é também reconhecida como fundamental.

Transformar esta visão em realidade é essencialmente da responsabilidade dos governos dos países, mas irá exigir também novas parcerias e solidariedade internacional. Todos têm um papel a desempenhar.

A avaliação dos progressos terá de ser realizada regularmente, por cada país, envolvendo os governos, a sociedade civil, empresas e representantes dos vários grupos de interesse. Será utilizado um conjunto de indicadores globais, cujos resultados serão compilados num relatório anual.

Os Objetivos são os seguintes:

## **OBJETIVOS** **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Saiba mais sobre no que consiste cada um dos ODS [Aqui](#).

### **INICIATIVAS DO DEPARTAMENTO ADS**

#### **VAMOS DEBATER A PROBLEMÁTICA DOS EMPREGOS VERDES E DA TRANSIÇÃO JUSTA**

Considerando os compromissos assumidos pela União Europeia com a assinatura do Acordo de Paris (2015) e em consolidação do mesmo solicitou aos Estados-membros a elaboração dos respetivos Planos Integrados de Energia e Clima (PNEC2030), assim como o Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050) importa refletir sobre as alterações e consequências que os locais de trabalho sofrerão, afetando diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras.

Considerando que haverá empregos que se perderão e outros que vão ser criados com recurso a energia limpa, a economia verde, a economia circular, a digitalização e automação, a UGT acompanhará estas alterações defendendo os trabalhadores e reforçando que os mesmos têm que ser formados e requalificados, face às novas exigências que temos todos pela frente.

Assim sendo, vamos desenvolver, no próximo ano, 2 conferências sobre as temáticas acima referidas **para reflexão sobre o futuro do trabalho**.

Dep. ADS

**Publicação com o Apoio de:**



**PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



**PORTUGAL**  
**2020**



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by  
mari



[Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

